

## APRESENTAÇÃO

*Karina Lilia Pasquariello Mariano  
Regiane Nitsch Bressan*

Considerado um ano ímpar na história das relações internacionais atuais, 2020 foi palco de um dos eventos mais singulares do presente século. A pandemia ocasionada por um novo coronavírus (SARS-CoV-2), conhecido também como COVID-19, afetou diferentes esferas da sociedade, impactando intensamente as relações entre países. Em 30 de janeiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou emergência mundial, clamando esforços e atenção de governos, Estados, lideranças mundiais, instituições internacionais, organizações da sociedade civil, para a agenda saúde global.

Nenhum país estaria preparado para enfrentar a pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos nas esferas econômica, social e política. O novo contexto impõe desafios e exige respostas rápidas para mais uma situação de interdependência conformada. A pandemia implicou no emprego de múltiplos esforços em conjunto, por Estados, governos e instituições, para enfrentarem os efeitos negativos da COVID-19, os quais vigorosamente se alastraram pelo mundo. Em diferentes medidas, as instituições regionais também se viram obrigadas a agir pelas sociedades de seus Estados-membros.

O Dossiê do Observatório de Regionalismo dedicou seus estudos nessa edição, para identificar e analisar como diferentes organizações regionais se empenharam para enfrentamento dos efeitos adversos da COVID-19. Pesquisadores e pós-graduandos se dedicaram ao mapeamento e entendimento das políticas adotadas por diferentes instituições regionais, revelando como os processos de integração podem protagonizar ações efetivas diante problemas comuns entre os Estados.

No continente americano, conformado por diferentes organizações que se

completam e se sobrepõem, as instituições regionais revelaram distintos níveis de empenho no combate às mazelas provocadas pela pandemia. Encontramos situações nas quais a existência prévia de estruturas de cooperação na área de saúde facilitaram os diálogos a situações de total descoordenação.

Para o enfrentamento da pandemia, a Comunidade do Caribe (CARICOM) atua por meio da Agência de Saúde Pública do Caribe (CARPHA), a qual tem sido responsável por conduzir a resposta regional à crise. Dentre as medidas empregadas estão implementação de ações para contenção da COVID-19 e criação de uma Política Comum de Saúde Pública, a qual preconiza a garantia de fornecimento de insumos, fornecimento de conhecimento técnico, gestão da informação, capacitação de recursos humanos ligados à saúde. Ademais, no cenário da pandemia, a CARICOM tem atuado na agenda da segurança alimentar, transporte inter-regional de pessoas e mercadorias por vias aérea e marítima, além da construção de nova arquitetura digital robusta visando facilitar o comércio regional.

Na Comunidade Andina (CAN), novas estratégias foram empregadas, como a coordenação de Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde visando a prevenção da disseminação do COVID-19. Objetivando a recuperação econômica dos membros, a CAN se empenha na reativação e diversificação de mercados de exportação e-commerce; rodadas de negócios virtuais; construção de cadeias de valor regionais; promoção de investigação e desenvolvimento tecnológico; digitalização e automatização dos processos produtivos; ativação do transporte transfronteiriço e regulação do teletrabalho. Na esfera da saúde, os países membros da CAN fazem parte do Organismo Andino de Salud – Convênio Hipólito Unanue (ORAS - CONHU), o qual está empenhado em fortalecer os sistemas de saúde, compartilhar tecnologias e práticas sanitárias, além de melhorar, prevenir e promover o distanciamento individual responsável e conformidade com os protocolos internacionais. Dentre as ações do ORAS-CONHU, destacam-se a reativação da Rede Vigilância Epidemiológica Andina, a cooperação na vigilância sanitária da fronteira entre países andinos e articulação entre os Institutos Nacionais Andinos de Saúde. A organização também busca mecanismos de aquisição de vacinas em parceria regional, compilação, organização e apresentação de dados referentes a enfermos, óbitos e curados da COVID-19. Por fim, foram confeccionados documentos sobre apoio à saúde mental e materiais publicitários para prevenção, cuidados e apoio psicológico em razão da pandemia pelo ORAS – CONHU.

Os países da Aliança do Pacífico (AP) vivenciaram junto à crise sanitária, tensões políticas e sociais, como no Peru e no Chile. Os países da AP concentraram na adoção de práticas para superação da crise econômica entre seus membros. As primeiras medidas consistiram nos estímulos à recuperação da atividade econômica e intercâmbio de informações e práticas para o enfrentamento da crise sanitária. Foram incentivados tanto o comércio eletrônico intrabloco, como o comércio entre pequenas e médias empresas por meio da proteção das cadeias de pagamento, do estímulo aos negócios virtuais e da reconstrução de redes empresariais. O bloco também se empenhou na promoção da reativação do turismo, na capacitação digital dos trabalhadores do turismo e docentes, assim como na implementação de um Observatório Social para administrar e publicar informação do setor social de enfrentamento à pandemia.

Por outro lado, a desarticulação política entre os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) revela os contrastes entre suas políticas de enfrentamento da pandemia, contendo tanto os melhores exemplos (casos do Paraguai e Uruguai) e o pior (sem dúvida, o Brasil) da América Latina. Logo no início, a presidência Pró-Tempore do Paraguai procurou articular uma ação conjunta quando a COVID-19 recém havia chegado à região, convocando uma reunião de Ministros da Saúde dos países membros que se comprometeram a notificar seus pares em casos de alteração da situação epidemiológica e garantir respostas ágeis. No entanto, as intenções não se transformaram em ações comuns.

O Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA), antigo Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA), não apresenta um mecanismo institucionalizado para coordenar ações conjuntas em emergências. Como resposta à crise pandêmica, houve estreitamento das relações entre os países do bloco para limitar o movimento das fronteiras terrestres comuns, garantindo apenas o trânsito de bens e serviços essenciais, a continuidade das cadeias de abastecimento e o movimento de trabalhadores de emergência e trabalhadores envolvidos em atividades básicas. Os países do USMCA identificaram áreas de coordenação conjunta para responder aos desafios econômicos, de saúde e segurança, voltando a atenção aos desafios práticos comuns. A crise trouxe a necessidade de repensar as cadeias de abastecimentos globais, refletindo em melhorias na resiliência das operações mundiais – simplificando e encurtando as cadeias de suprimentos. Por fim, o bloco trabalhou na repatriação de seus nacionais de diferentes partes do mundo, o monitoramento dos canais de suprimento de material

médico essencial, o controle das fronteiras e a identificação de oportunidades de colaboração multilateral e em mecanismos de coordenação como no G20.

Atravessando o Atlântico encontramos nos casos europeu e africano situações peculiares. O primeiro apesar de ser a experiência de integração mais desenvolvida (ou bem sucedida para muitos autores) mostrou uma certa lentidão no enfrentamento da pandemia, enquanto o continente africano surpreendeu positivamente por ter conseguido conter a pandemia, apesar dos problemas estruturais dessa região. A explicação para essa contradição encontra-se nas análises desenvolvidas neste dossiê.

No caso da União Europeia (UE), a desarticulação inicial pode ser explicada porque a responsabilidade sobre os serviços de saúde é atribuição dos governos nacionais, cabendo bloco inicialmente apenas monitorar e acompanhar a evolução da pandemia no continente. Rapidamente se percebeu que a falta de uma articulação maior não só intensificou tensões entre os países, como gerou desequilíbrios significativos devido aos impactos políticos e econômicos resultantes. Diante desse cenário, houve revisão da postura e a mobilização de recursos não só para o enfrentamento da pandemia, mas para auxiliar as economias europeias a saírem da crise econômica decorrente das longas quarentenas e fechamentos provocados pela necessidade do isolamento social.

Em relação ao continente africano, o Dossiê mapeou as ações da União Africana (UA) para enfrentamento da pandemia. A agenda de ação da UA ganhou destaque entre as organizações regionais analisadas neste Dossiê. De maneira geral, a instituição organizou abordagens regionalizadas com cinco grupos de países. Embora o continente enfrente carência em infraestrutura de saúde, a atuação preventiva junto a coordenação da UA, favoreceram a contenção epidêmica. No início, foram implantadas medidas de controle fronteiriço e realizadas campanhas de conscientização com material da OMS e material específico confeccionado para necessidades locais. Reforçando a atuação exitosa da UA, houve o lançamento da Estratégia Continental Conjunta para o surto de COVID-19 da África. O documento estipulou medidas aos níveis nacional, sub-nacional e regional, além de indicações para doadores, entidades privadas e outras organizações internacionais e sub-regionais para o trabalho conjunto, confirmando a compreensão da dimensão transfronteiriça do problema. Também foi criado o AU COVID-19 Response Fund, de amplitude mundial, captando recursos para combate à pandemia na região. Ademais, foram implementadas medidas amplas em capacitação de profissionais de saúde

das linhas de frente, monitoramento dos contágios, a distribuição de suprimentos médicos, recursos e envio de socorristas, bem como cooperação internacional com doadores como a União Europeia entre outros países.

Comportamento semelhante encontramos na União Econômica Euroasiática (UEE) formada pela Federação Russa, Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão e Quirguizistão. Embora inicialmente tenha sofrido com o negacionismo sobre a pandemia por parte dos governos russo e da bielorrússia, e pela rápida expansão da doença na Armênia, o enfrentamento da COVID-19 estimulou nos países membros uma maior cooperação. Como mostra o capítulo sobre a UEE, houve um aprofundamento da integração político-econômica, inclusive com medidas voltadas para prover apoio aos trabalhadores migrantes e empresas da região, sem falar na cooperação na área de saúde e tecnologia.

As análises deste Dossiê mostram que não foi somente a COVID-19 que se espalhou mundialmente, a necessidade de cooperação para lidar com a pandemia tornou-se mundial. No caso do Oriente Médio, verificamos os seus efeitos no Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo - ou Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) -, no qual participam Arábia Saudita, Kuwait, Omã, Bahrein, Emirados Árabes Unidos e Qatar. Apesar das tensões e problemas de insegurança presentes na região, a Secretaria Geral do CCG promoveu uma série de encontros para o planejamento e adoção de medidas de enfrentamento da doença e do cenário pós-pandemia. A análise mostrou que a COVID-19 trouxe revitalização ao CCG que estava paralisado desde 2017. Resta saber se esse impulso cooperativo conseguirá se manter quando o cenário quando a pandemia acabar.

Finalmente, chegando ao continente asiático, o último caso analisado neste Dossiê é a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) - constituída por Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Camboja e Laos. Nessa região o combate à pandemia da COVID-19 conciliou tanto medidas multilaterais, quanto cooperação extrarregional. Contudo, assim como em outros casos, verificou-se que a maior cooperação para o enfrentamento da pandemia coexistiu com aumento de tensões políticas, muitas delas intensificadas pela securitização da saúde, e abuso de poder por parte de alguns governos que aproveitaram-se do contexto para adotar medidas anti-democráticas.

Desta forma, o Dossiê além de mapear como alguns processos de regionalismo ao

redor do mundo enfrentaram a pandemia, sistematizou informações das diferentes medidas adotadas, as quais podem servir de inspiração para outras localidades, e reflexões sobre os desdobramentos dessas políticas para as regiões e os próprios sistemas políticos nacionais.

---

**Karina Lilia Pasquariello Mariano**

Professora Associada da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Campus Araraquara; Doutora em Ciências Sociais. E-mail: karina.mariano@unesp.br. Orcid: 0000-0002-4559-918x

**Regiane Nitsch Bressan**

Profa Adjunta do Curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP Escola Paulista de Política, Economia e Negócios - EPPEN. Doutora em Integração da América Latina, USP. E-mail: regiane.bressan@unifesp.br. Orcid: 0000-0002-7101-793X

Como citar:

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello; BRESSAN, Regiane Nitsch. Apresentação. **Cadernos de Regionalismo ODR**, São Paulo, v. 4, 2020, p. 6-11. ISSN: 2675-6390.